

**EDUCAÇÃO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO EM MONTES
CLAROS/MG: a contribuição do Curso de Geografia da
FUNM (1964-1971)***

**HIGHER EDUCATION AND DEVELOPMENT IN MONTES
CLAROS/MG: the contribution of Geography course of FUNM (1964-
1971)**

**Dulce Pereira dos Santos
Adriany de Ávila Melo Sampaio
Sarah Jane Durães**

Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES
Departamento de Práticas Educacionais
dulcipsantos@yahoo.com.br

Universidade Federal de Uberlândia/UFU
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Adrianyavila@gmail.com

Universidad de Barcelona
Departamento de Sociología y Análisis de las Organizaciones
sj-duraes@uol.com.br

RESUMO

A relevância deste estudo justifica-se por apresentar contribuições ao debate teórico e também geo-histórico sobre o desenvolvimento da cidade de Montes Claros (MG), além da relação desse desenvolvimento com a implantação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e da implantação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFIL, pertencente à Fundação Norte Mineira de Ensino Superior – FUNM/Curso de Geografia/licenciatura, no período de 1961 a 1971. Para tanto, a metodologia utilizada consistiu em fontes variadas como: legislações; atas de implantação do curso; jornais locais; dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE das décadas de 1950 e 1960 do Estado de Minas Gerais; programas das disciplinas das primeiras turmas do Curso de Geografia do Estado de Minas Gerais; *sites*; livros de memorialistas; teses; dissertações; trabalhos de conclusão de curso e história oral. Em linhas gerais, conclui-se que a implantação do curso de Geografia contribuiu tanto para a formação docente quanto para o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Ensino Superior. Geografia. Norte de Minas. Desenvolvimento Regional.

ABSTRACT

* Este artigo é uma síntese da Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais-FAPEMIG pelo financiamento da investigação que subsidiou o projeto de tese e, sobretudo, o levantamento inicial das fontes.

The relevance of this study is justified by presenting contributions to the theoretical debate and also geo-historical about the development of the city of Montes Claros (MG), besides the relation of this development with the implantation of the Superintendence of Northeast Development - SUDENE and the implantation of Faculty of Philosophy, Science and Letters - FAFIL belonging to the Norte-Mineira Foundation of Higher Education - FUNM / Course of Geography / licensure, during the period 1961-1971. Therefore, the methodology used consisted of various sources such as: legislation; act of course implementation; local newspapers; data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE of the 1950s and 1960s from State of Minas Gerais; programs of the subjects of the first classes of the Geography Course from State of Minas Gerais; sites; memorialists books; theses; dissertations; work completion course and oral history. The results obtained show that, within the time frame of this study, the graduates in geography had a strong presence in montesclarenses society fulfilling with to train teachers to work in the norte-mineira region, contributing in fact to regional development.

Keywords: Higher Education. Geography. North of Minas Gerais. Regional development.

INTRODUÇÃO

Ao pesquisar as políticas de desenvolvimento e de formação de mão de obra brasileira na década de 1960, observa-se que a maioria das políticas de educação estavam vinculadas à ideia de *desenvolvimento*¹. Autores como L. A. Cunha (1980), Freitag (2005) e Romanelli (1983) apontam que, neste período, ocorreu no país, com a intervenção dos militares, uma grande reorganização do sistema educacional brasileiro, visando atender à política econômica desenvolvimentista.

O desenvolvimento e seu modelo defendido nesse período foi pautado no processo de acumulação de riquezas, por meio da exploração capitalista e no culto à tecnologia e sua intervenção. Rist (1997) afirma, sob esse ponto de vista, que é necessário um esforço para se livrar dos entendimentos e julgamentos de valor, ou seja, aquele baseado nas opiniões pessoais em relação ao termo desenvolvimento no qual se forma um leque de suposições, no que diz respeito, por exemplo, à visão da pobreza extrema e à vontade de erradicá-la através desse termo.

Quanto ao ensino superior brasileiro, a United States-Agency for International Development (USAID) influenciou as suas políticas - de expansão e reforma -, mais precisamente a partir de 1963, ainda que este fato tenha sido mais fortemente identificado a partir da Reforma de 1968 (JACOBS, 2004). Para L. A. Cunha (1985), o ponto estratégico para que o Brasil permanecesse um “amigo próximo” dos Estados Unidos estava no ensino superior.² Os Estados Unidos acreditavam que os professores universitários influenciariam o que os brasileiros pensariam nas gerações futuras além de serem os formadores dos dirigentes do país.

Isso posto, este artigo visa apresentar alguns conceitos de desenvolvimento e sua relação com a região norte-mineira, com o objetivo de analisar a política econômica e

¹ O modelo de desenvolvimento defendido neste período é o pautado no modelo de acumulação de riquezas, através da exploração capitalista e no culto à tecnologia e sua intervenção. Para um estudo mais aprofundado verificar: Esteva (2000), Rist (1997), Hermet (2002), dentre outros.

² Em 1963 o mundo vivia o conflito leste/oeste, no auge da Guerra Fria, assim o aumento da preocupação com o ensino superior deve ser analisado nesse contexto.

social implementada na época. Em seguida, analisa a relação entre educação superior e desenvolvimento no Brasil enfatizando o período compreendido entre 1961 e 1971. O Ensino Superior no contexto nacional e regional e a criação da Fundação Norte Mineira de Ensino Superior (FUNM), desde 1990 denominada de Universidade Estadual de Montes Claros, é o tema posterior. Terminamos o artigo com uma análise sobre a implantação do Curso de Geografia - licenciatura na FUNM apresentando os princípios pedagógicos e políticos e sua relação com o desenvolvimento do Norte de Minas Gerais.

DESENVOLVIMENTO E REGIÃO NORTE-MINEIRA

Para Rist (2002), a força do discurso da palavra “Desenvolvimento” decorre da sua capacidade de sedução, em todos os sentidos: atrair, agradar, fascinar, iludir, enganar, omitir a verdade. O autor argumenta que:

A palavra 'desenvolvimento' trouxe muitas vantagens: tinha certa respeitabilidade, porque fazia parte da linguagem científica; presume-se a evolução das condições de processo desejado; vinculado, no final, a uma tradição com pensamento - remonta ao mito - que garantiu a sua legitimidade (RIST, 2002, p. 37, tradução nossa).

Segundo Payne e Phillips (2010), a teoria do desenvolvimento adquiriu um legítimo reconhecimento depois de 1945. O declínio do colonialismo europeu, o término da Segunda Guerra Mundial e a criação de vários Estados na África e na Ásia favoreceram o surgimento de problemas políticos, sociais e econômicos em um número crescente de países geralmente pobres proporcionando um campo rico e atraente de investigação intelectual.

No Brasil, as ideias desenvolvimentistas prosperaram no período pós-guerra quando os intelectuais brasileiros e a elite política se movimentaram com o objetivo de promover o desenvolvimento nacional. Vale destacar que, nesse período pós-guerra, duas grandes potências mundiais (Estados Unidos da América - EUA e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS) disputavam a hegemonia mundial, disputa essa não em forma de guerra declarada, mas baseando-se no terreno ideológico, trata-se do período chamado de Guerra Fria. Nesse período, a América Latina mantinha relações tensas, mas submissas aos EUA.

Países que governaram nesse período da Guerra Fria através da ditadura militar, como o Brasil e a Argentina, por exemplo, não eram vistos como inimigos pelos EUA, mas sim considerados uma defesa segura contra o avanço do comunismo, ou seja, preconizavam alavancar o desenvolvimento econômico nesses países, a fim de conter o comunismo.

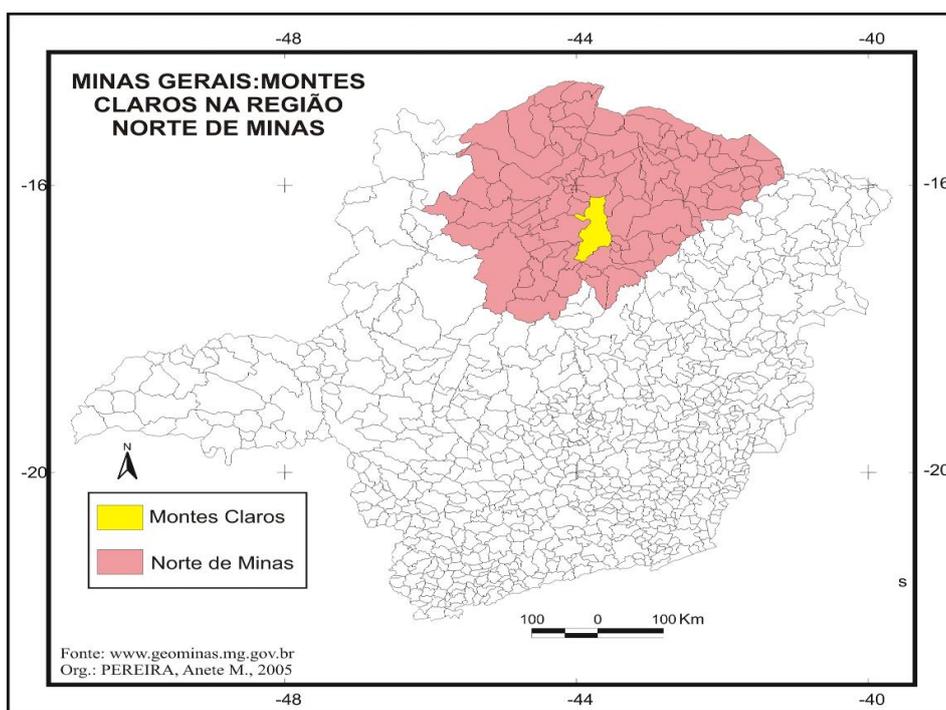
O objetivo da política externa norte-americana era moldar um mundo semelhante aos Estados Unidos. Este país acreditava que o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico e de eliminação da pobreza favoreceria um mundo sem guerras e conflitos, passando a ocupar um lugar de destaque na política dos países desenvolvidos (aqui entendidos como aqueles países que ditam as regras econômicas do capitalismo). É importante ressaltar que, no Brasil, o desenvolvimento esteve ligado à ideia de “modernidade”³ desde o período imperial.

³ A modernidade é um tema bastante controverso, por isso neste trabalho procuramos seguir o conceito de Harvey (2005, p. 22), “[...] a modernidade, por conseguinte, não apenas envolve uma implacável ruptura com todas e quaisquer condições históricas precedentes, como é caracterizada por um

O desenvolvimento no Brasil significou modernizar e mudar, numa perspectiva da evolução, superar um atraso em relação aos aspectos econômicos, sociais, ambientais, dentre outros. A discussão do que é a modernidade no campo da Geografia é instigante e também está ligada, como coloca P. C. Gomes (2007), à renovação dos ritos do “novo”, verdadeiro mito da modernidade.

Segundo Costa (2005), o desenvolvimento passa pelo desenvolvimento regional, porque todo o desenvolvimento tem de ser regional, no sentido de que o desenvolvimento ocorre na região⁴ ou no ambiente mais próximo das pessoas.

Em se tratando do Norte de Minas Gerais, esta região tem uma forte relação histórica com o Nordeste brasileiro. Os seus primeiros habitantes, as nações indígenas, como os Tapuias e Caiapós, foram expulsos, mortos ou escravizados pelos integrantes das bandeiras paulistas que invadiram a região. Segundo E. R. de Oliveira (2001), esses bandeirantes, a partir dos séculos XVI e XVII, começaram a desbravar o interior do Brasil à procura de riquezas. Nesse desbravamento surgiram povoados que se destacaram como importantes entrepostos comerciais, destacando-se também a agropecuária no cenário regional.



interminável processo de rupturas e fragmentações inerentes”. Aspectos esses que são conseqüências da transitoriedade dos movimentos que são muito rápidos.

⁴Etimologicamente região vem do latim *regere* que significa governar, domínio, poder, por isso deduzimos que o termo região vincula-se, na maioria das vezes, ao poder político. Relacionado ao senso comum pode-se dizer que região é uma parte do espaço geográfico que foi separada, através de um critério, por possuir características em comum. Em relação ao conceito geográfico de Região, Moreira (1997, p. 158) coloca que “a região é então a forma matricial da organização do espaço terrestre e cuja característica básica é a demarcação territorial de limites rigorosamente precisos. O que os geógrafos viam na paisagem era essa forma geral e de longa duração, e passaram a concebê-la como uma porção de espaço cuja unidade é dada por uma forma singular de síntese dos fenômenos físicos e humanos que a diferencia e demarca dos demais espaços regionais na superfície terrestre justamente por sua singularidade”.

Figura 1 - Minas Gerais/Norte de Minas. Localização do município de Montes Claros

FONTE: www.geominas.mg.gov.br. Org. PEREIRA, A.M. (2005)

Percebe-se que Montes Claros é destaque na região desde os seus primórdios. Partindo desse ponto de vista vale acrescentar que a chegada do trem de ferro em Montes Claros (MG) facilitou a ligação com outras localidades impulsionando o desenvolvimento da região (LESSA, 1993). A inauguração da estrada de ferro foi um dos fatos mais importantes que aconteceu em Montes Claros e na Região Norte-Mineira nessas primeiras décadas do século XX.

Segundo Rodrigues (2000), o capitalismo só se consolidou no Norte de Minas a partir do final dos anos sessenta, com a intervenção direta do Estado, através de órgãos como a SUDENE e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF). Ressaltamos que a CODEVASF só começou a atuar efetivamente no Norte de Minas Gerais no final da década de 1970 e década de 1980 com os grandes projetos de irrigação em Janaúba, Pirapora, Jaíba/Matias Cardoso e Nova Porteirinha e construção de barragens em diversos municípios norte-mineiros.

EDUCAÇÃO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO

A *educação para o desenvolvimento* foi a defesa mais significativa que esteve presente nos discursos educacionais dos grupos políticos hegemônicos – e em específico do Governo Militar – no transcurso da década de 1960. A educação passou a ser considerada a principal variável para se obter um “[...] crescimento de renda, produzir a modernização ou construir uma sociedade mais justa” (CUNHA, L. A., 1985, p.16). Entre as políticas executadas através do MEC, na época Ministério da Educação e Cultura, ratificavam-se as propostas apresentadas pela *United States Agency for International Development* (USAID), agência norte-americana que passou a *regulamentar* os princípios gerais nos quais deveriam estar embasadas as políticas educacionais e, sobretudo, as econômicas. As políticas visavam “[...] sincronizar a educação com as necessidades do desenvolvimento econômico e social” (CUNHA, L.A., 2000, p.172).

Como explica Romanelli (1983, p.197), convênios, conhecidos comumente pelo nome de “Acordos MEC-USAID (Ministério da Educação e Cultura/MEC e a *Agency for International Development* dos Estados Unidos), tiveram o efeito de situar o problema educacional na estrutura geral de dominação, reorientada desde 1964, e de dar um sentido objetivo e prático a essa estrutura”. Fortalecia assim o pensamento de que através de uma maior escolarização se garantiria a colocação imediata no mercado de trabalho. Desta forma, pode-se dizer que havia uma forte relação estabelecida entre a economia e a educação.

Segundo Jacobs (2004, p. 83), a USAID:

[...] foi criada pela Foreign Assistance Act, para coordenar os recursos destinados pelo governo norte-americano à promoção do desenvolvimento internacional, em especial por meio da Aliança para o Progresso, voltado para os países da região mais próxima. Assim sendo, a USAID passou a centralizar os recursos para a assistência internacional à América Latina, mas não se restringiu a essa região.

Esses recursos variavam desde empréstimos financeiros, doação de equipamentos, concessões de bolsas de estudo e custeio da vinda de técnicos para

prestar assessoria aos países periféricos (CUNHA, J. D., 2007). No período compreendido entre 1960 e 1964, a USAID destinou recursos significativos para a educação primária e a alfabetização de jovens e adultos, sendo Belo Horizonte a sede de um centro piloto desse programa de assistência técnica que abrangeu todo o país.

Paulino e Pereira (2006) relatam que, a partir desses acordos, houve uma intenção de legitimar uma *transformação modernizadora* imposta à nacionalidade brasileira, no sentido de direcionar sua racionalidade pelo modo de produção capitalista. Sintetizando, podemos dizer que essa transformação modernizadora destacou-se nessa fase da história da teoria do desenvolvimento, em especial os Estados Unidos, que estavam no topo da sua hegemonia do pós-guerra.

Importante destacar que, durante o Regime Militar, o Estado cumpriu sua função com relação ao capital, preocupando-se com a qualificação⁵ da mão de obra ativa para o mercado de trabalho. Ao se tratar especificamente da Região Norte-Mineira, Cardoso (2000, p. 255) argumenta que, “[...] no que diz respeito à educação, havia até 1964 graves deficiências”. Deficiências essas que foram amenizadas ao longo do tempo. No ensino médio, apenas os municípios de Montes Claros, Januária e Pirapora dispunham de uma rede com mais de 05 unidades escolares, enquanto três municípios dispunham de 02 ou 03 unidades; dez municípios dispunham de apenas uma unidade; e vinte e seis municípios sequer dispunham destas. Quanto ao ensino superior, apenas Montes Claros (MG) dispunha deste com a criação dos cursos de licenciatura, Letras, Pedagogia, História e Geografia, e de forma incipiente. Vale ressaltar que o alicerce econômico de Montes Claros (MG) e região nesse período (década de 1960) baseava-se na agropecuária e nas atividades do comércio, haja vista que, desde aquela época, essa cidade se destacava no cenário regional sendo denominada de a *Princesa do Norte de Minas*.

A educação como um todo estava direcionada cada vez mais para uma satisfação de interesses capitalistas e expansionistas, o que se intensificou a partir do Golpe Militar de 1964, atendendo aos interesses da política desenvolvimentista e da formação de mão de obra. Schultz (1967) explicita a crença na relação entre economia e educação ao afirmar que existia, nos Estados Unidos em 1960, sólidos comprovantes de que a instrução e a pesquisa universitária constituem as mais importantes fontes de crescimento. Ainda sobre esse assunto, esse autor esclarece que “[...] a instrução e o progresso no conhecimento constituem importantes fontes de crescimento econômico. É óbvio que não são fontes naturais: são, essencialmente, produzidas pelo homem, o que significa que envolvem economias e investimento” (SCHULTZ, 1967, p. 63).

A Teoria do Capital Humano foi amplamente disseminada a partir da década de 1960 por economistas liberais (dentre eles, sobressaiu-se Theodore Schultz). Esses economistas preocuparam-se em encontrar fórmulas que compatibilizassem educação e desenvolvimento econômico à distribuição de renda, sem questionar as relações de produção capitalista. De acordo com Germano (2011), no Brasil a tendência de vincular educação com mercado de trabalho chega ao ápice com o Decreto-Lei n. 464 de 11 de fevereiro de 1969 que estabeleceu normas complementares à Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968, promulgada pelo Presidente da República Costa e Silva.

De certa forma, tanto a Lei n. 5.540 de 1968 quanto o Decreto-Lei n. 464 de 1969 podem ser percebidos como um aparato legal que conduziu a educação no Regime

⁵ Nesse período existe uma tendência a considerar a qualificação como sinônimo exclusivo de escolaridade. Sobre isso, conferir, por exemplo, Schultz (1967), obra que representou um grande marco nesse sentido.

Militar aumentando o controle sobre as instituições federais. Nessa época dois importantes órgãos do Ministério da Educação e Cultura (MEC) se encarregavam de delinear as políticas de ensino: o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)⁶. Nesse mesmo período, a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) enfatizava que os países latino-americanos necessitavam de técnicas de planejamento para implantação do desenvolvimento econômico (TOLEDO, 1986). O Brasil voltava-se principalmente para a política de industrialização pensada desde a década de 1930.

Santos e Lucena (2008) ressaltam que alguns vínculos de caráter educacional foram abordados entre os empresariados mineiros e empresariados norte-americanos como a criação da Comissão Brasileira-Americana de Educação Industrial (CBAI) que se constituía em um programa educacional firmado entre o Brasil e os EUA, com o objetivo de capacitar professores para atuarem na educação profissional.

A relação entre educação e desenvolvimento foi sendo construída principalmente através do ensino superior, que passou a ter uma importância fundamental no sentido de qualificar a mão de obra, promover a pesquisa, e formar pesquisadores (conhecimentos científicos e tecnológicos) para atuarem na indústria brasileira, o que, segundo Bernartt (2006, p. 146), “[...] significa o início das atividades de pesquisa na universidade, resultado de uma política estatal que visava à modernização do ensino superior dentro de um projeto de desenvolvimento”. Esse projeto de desenvolvimento foi direcionado, segundo esse autor, aos aspectos econômicos, voltado para a intenção do capitalismo, respondendo aos desejos do mercado produtivo.

Diante do exposto, é necessário entender o que influenciou ou propiciou a vinda do ensino superior para Montes Claros (MG) e quais foram algumas das conseqüências da implantação formação de mão-de-obra com vistas ao desenvolvimento (regional).

Os cursos de licenciatura (Geografia, História, Letras/Francês, Pedagogia, Filosofia, Matemática e Ciências Sociais) tinham como objetivo em linhas gerais interferir no quadro educacional da região, que era carente de profissionais qualificados. Segundo o Regimento Interno da Faculdade de Direito do Norte de Minas, o Curso de Direito tinha como objetivos formar profissionais de nível universitário, realizar pesquisas em vários domínios da cultura, difundir os estudos jurídicos e sociais e contribuir para a formação da cultura superior e para o desenvolvimento da cultura jurídica. O Curso de Medicina representava o desejo de toda a população norte-mineira, foi idealizado por um grupo de médicos sensibilizados com a situação precária da saúde da população.

Dentre os cursos superiores criados nesse período, os cursos de Administração de Empresas, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, que datam de 1972, foram pensados desde 1966. A ideia era capacitar os alunos para trabalharem nas empresas da região, assim não haveria mais a necessidade de trazer profissionais de outros centros para atuarem nas áreas administrativa, financeira e gerencial.

⁶ Órgão vinculado ao MEC, o ISEB foi institucionalizado em 1955-Decreto n. 37.608 de 14/07/1955 e extinto em 1964, foi constituído através de um grupo de intelectuais radicados no Rio de Janeiro que tinham por finalidade o estudo, o ensino e a divulgação dos saberes das ciências sociais. Caracterizou-se por aplicar os conhecimentos gerados por essas ciências sociais à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira, tendo em vista uma ação de cunho político expresso na intervenção e no direcionamento de uma nova mentalidade da sociedade voltada à superação do subdesenvolvimento do país (OLIVEIRA, M.T.C., 2006, p. 1).

O desenvolvimento era uma das expressões mais presentes nos discursos desse período, na verdade, políticos, intelectuais da época e o homem comum da região norte-mineira queriam fazer parte de uma região desenvolvida. E que tipo de desenvolvimento seria esse? Seria um desenvolvimento que melhoraria a vida das pessoas nos aspectos econômicos e sociais, não só o desenvolvimento econômico. Havia uma crença entre os políticos locais em que os Cursos Superiores contribuiriam para o desenvolvimento da região e, na verdade, contribuíram ao mudar o quadro educacional do Norte de Minas e principalmente em Montes Claros, além de estimular a criação de novos cursos superiores.

A chegada do ensino superior através de uma instituição de ensino gera alguns impactos importantes na cidade e/ou na região. Para Hoff e San Martin (2011), o primeiro impacto estaria relacionado à ampliação ou criação de demandas através de investimentos, despesas de custeio, mão de obra, habitação para alunos e professores de outras cidades, a questão do transporte até a Faculdade/Universidade e até mesmo entre as cidades, serviços públicos para atender essas pessoas, a questão da alimentação, os serviços de conveniência como livrarias, fotocópias, papelarias e lanchonetes. O segundo impacto é na formação cidadã, disseminando novas ideias, ideias essas vinculadas ao desenvolvimento através do ensino, pesquisa e extensão. Propicia contato com atividades culturais diversas, aproximando a comunidade na qual está inserida.

O terceiro impacto refere-se à qualificação dos recursos humanos, aumento da produtividade, visão estratégica e sistêmica sobre os recursos e condicionantes econômicos regionais para as empresas. O quarto impacto é gerado pela criação de postos de trabalhos diretos e indiretos, gerando emprego e renda, ou seja, a oferta de bolsas de estudo e estágio remunerado aos acadêmicos, a implantação de empreendimentos próximos à Universidade, como lanchonetes, livrarias, papelarias e até mesmo imobiliárias que se instalam próximas às Instituições de Ensino Superior, tendo em vista o número de universitários e professores que migram das cidades vizinhas e até mesmo professores que se mudam para local próximo à universidade. O quinto impacto está ligado à dinamização da economia regional, potencializando os seus recursos locais por meio do suporte científico e tecnológico, contribui para elaboração de políticas públicas e para ampliação do acesso aos recursos externos à região. O sexto impacto está ligado à ampliação da demanda que modificará as estruturas locais, ampliando os serviços públicos e privados, incluindo o transporte, serviços de manutenção, habitação, o comércio, lazer, dentre outros tipos de serviços.

ENSINO SUPERIOR NO NORTE DE MINAS GERAIS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Para entender melhor a origem do ensino superior na região Norte de Minas, é necessário fazer uma diferenciação entre as instituições FUNM e FAFIL. A FUNM foi criada através da Lei n. 2.615 de 24 de maio de 1962 sancionada pelo Governador Magalhães Pinto e instituída pelo Decreto n. 8.245, de 06 de abril de 1964, uma entidade autônoma, com personalidade jurídica, com o objetivo de manter a Universidade Norte Mineira uma unidade orgânica, integrada por institutos de pesquisa e ensino e por faculdades. Segundo Maia e Cordeiro (2002), a FAFIL foi uma das faculdades incorporadas à FUNM em 1965, antes ela era mantida pela Fundação Educacional Luiz de Paula (FELP), entidade jurídica de direito privado, cuja finalidade era criar e manter ensino secundário na área do Polígono das Secas.

A expansão do ensino superior foi consequência da pressão exercida pela população, principalmente a classe média, para se ter o acesso ao ensino superior, movimento esse que transcorreu durante toda a década de 1960, cuja culminância foi a Reforma do Ensino Superior em 1968. A classe média pressionava para se ter mais vagas no ensino superior, pois para ela significava possibilidades de ascensão social. O ensino superior no Brasil, em 1964, início do Regime Militar, já começava com um excedente significativo do número de inscritos.

Barros (2011, p. 8) afirma que “[...] foi durante a ditadura militar, particularmente após a Reforma universitária de 1968, que se verificou uma acelerada expansão das vagas, baseada principalmente em estabelecimentos isolados de ensino e no setor privado”. Essa expansão tinha como objetivo atender o movimento estudantil, que queria mais vagas e que compunha a classe média que, de certa forma, foram a base do Golpe de 1964. O Governo não conseguiu resolver a demanda por mais vagas.

Se houve uma relativa expansão da oferta de vagas no ensino superior, isso não foi resultado direto da política educacional estatal democratizante, mas justamente consequência da incapacidade do governo de resolver a crise universitária. Não foi possível conter a pressão sobre as universidades. Não foi possível ampliar suficientemente as vagas da rede oficial. Como o governo não pode deixar de dar uma solução ao impasse por ser este potencialmente conflituoso, permitiu que o setor privado participasse da sua solução. Passou a autorizar cursos superiores de faculdades isoladas, oferecido pelo setor privado [...] (FREITAG, 2005, p. 190).

Dessa forma, o Estado conseguiu, com menos investimentos, aumentar o número de vagas no ensino superior. No Norte de Minas, a criação da FUNM confirma esse crescimento da oferta de cursos superiores pagos. Apesar dessa expansão via setor privado através de faculdades isoladas, a política educacional desse período também tinha uma preocupação com a contenção desse nível de ensino que pode ser resumida da seguinte forma:

A reforma do ensino superior, de 1968, e a do ensino médio, de 1971, têm a função de **conter** o crescente contingente de jovens das camadas médias que buscam, cada dia mais intensamente, o ensino superior como meio de obtenção de um requisito cada vez mais necessário, mas não suficiente, de ascensão nas burocracias ocupacionais (CUNHA, L.A., 1985, p. 285).

Pode-se perceber que o ensino superior na região Norte de Minas Gerais acompanhou a expansão do ensino superior em nível nacional e estadual, onde o setor privado foi beneficiado pelas políticas educacionais da época, mais precisamente início e meados da década de 1960. Interessante analisar quais demandas o ensino superior na região Norte de Minas procurou atender. Seriam as demandas econômicas? Políticas? Sociais? Educacionais? O Ensino Superior no Norte de Minas atendeu um pouco de todas essas demandas elencadas e, em relação ao Curso de Geografia, a demanda educacional foi a mais presente.

A história da educação superior no Norte de Minas data de 24/05/1962, quando a FUNM foi criada pela Lei estadual n. 2.615 de 24/02/1962 e instituída pelo Decreto n. 8.245 de 06/04/1964, sendo posteriormente denominada Fundação Norte Mineira de Ensino Superior. Seguiu mais ou menos a tendência da época que era a expansão do ensino privado mediante a criação de estabelecimentos isolados.

Vale ressaltar que, especificamente no Norte de Minas de Gerais, o ensino superior foi criado no início da década de 1960, um pouco antes da Reforma

Universitária. Mas, de certa forma já como consequência da expansão e até mesmo da privatização desse tipo de ensino, sobretudo através das fundações educacionais. No Norte de Minas, essa expansão e interiorização do ensino superior são nitidamente visualizadas através da criação de diversos cursos, atendendo a demanda principalmente para a formação de professores para atuarem nas escolas da região nos níveis fundamental e médio.

Segundo Rota Júnior (2010, p. 51), “[...] o processo de expansão do ensino superior, em Minas Gerais, seguiu o caminho da interiorização, numa clara ligação com o projeto desenvolvimentista de levar a modernidade e o desenvolvimento às chamadas regiões atrasadas do país”.

Muito se fala sobre a importância do ensino superior para o desenvolvimento de uma região. Percebemos que essa relação existe e faz parte do processo de expansão do capitalismo. Knychala e Anselmo (2009, p.04) confirmam essa realidade quando dizem que “[...] neste sentido as universidades vieram cumprir junto ao contexto maior uma função primordial à lógica própria do sistema econômico vigente, no sentido de viabilizá-lo”, ou seja, qualificar a mão de obra para o trabalho dentro de uma perspectiva regional.

O Norte de Minas era uma região carente de infraestrutura, baixo índice de industrialização, renda per capita e urbanização. Os problemas sociais decorrentes das grandes diferenças socioeconômicas indicavam a necessidade da formação de pessoal qualificado. Uma região com ensino precário apresentando altos índices de analfabetismo, carente de professores habilitados e que presenciava todos os anos jovens interromperem seus estudos por falta de opção, ou aqueles mais afortunados migrarem para outras regiões a fim de continuarem a sua formação e, na maioria, não mais retornando (JARDIM et al., 2002, p. 19).

Destacaremos a palavra *afortunado* porque, no decorrer deste trabalho, verificamos que o acesso ao ensino superior, com raríssimas exceções, foi direcionado aos *afortunados* no sentido etimológico da palavra “próspero, rico”. Para atender essas pessoas e também na perspectiva de melhorar os indicadores socioeconômicos do Norte de Minas, várias lideranças locais envidaram esforços para implantar o ensino superior na região, o pensamento era que a criação de uma instituição de ensino superior certamente contribuiria para o desenvolvimento regional.

Antes de iniciar uma abordagem sobre a implantação da Fundação Norte Mineira de Ensino Superior (FUNM), na cidade de Montes Claros (MG), faz-se necessário analisar o contexto socioeconômico da cidade para um melhor entendimento sobre a importância da implantação de uma universidade nessa cidade e que atendessem toda a região.

Observa-se que, após a década de 1960, Montes Claros, assim como outras cidades do Brasil, teve seu quadro social modificado a partir do processo de urbanização e industrialização ocorrido no país em meados de 1960-1970, o que ocasionou um rápido crescimento e desenvolvimento de uma variedade de novos serviços privados e públicos nas áreas de saúde, educação, entre outros.

Montes Claros (MG) tornou-se a cidade mais promissora do Norte de Minas, recebendo vários incentivos estatais, sendo a implantação da SUDENE o maior exemplo. As ações da SUDENE tinham como objetivo programar e incentivar a industrialização na região e de certa forma tentar amenizar os problemas agrícolas causados pela seca.

Os incentivos fiscais facilitaram a implantação de várias indústrias no Norte de Minas Gerais, mas a grande maioria concentrou-se na cidade de Montes Claros, o que de certa forma contribuiu para o seu crescimento, crescimento esse que trouxe consigo alguns problemas.

Montes Claros tem experimentado pós década de 1950, momento de instalação do Distrito Industrial via financiamento da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, um crescimento demográfico acelerado, que se intensificou em função do grande fluxo migratório de populações regionais em busca de melhores condições de vida e emprego nas indústrias que se instalaram no município. Os incentivos fiscais proporcionados pela SUDENE para a instalação de indústrias em Montes Claros acarretaram, além do aumento populacional via migrações, a transformação da economia do município (FRANÇA, I. S., 2007, p.74).

O desenvolvimento trouxe alguns problemas socioeconômicos, primeiramente para a cidade de Montes Claros que não deu conta de absorver todo o contingente de migrantes, dificultando a mobilidade social destes, gerando alguns inconvenientes como o desemprego e a favelização. Mais tarde, segundo Paula (2005, p. 42), “[...] a migração, que foi incentivada pelo Estado para promover urbanização e industrialização, encontra-se agora ‘barrada’, sendo considerada como grave problema social”.

Todas essas modificações transformaram a cidade de Montes Claros (MG) em um importante polo regional, intensificando a necessidade de qualificação de mão de obra para atuar nas indústrias criadas no município, entretanto a mão de obra continuaria sem qualificação porque os primeiros cursos da FUNM não apresentavam essa formação técnica. Professores, médicos, advogados não foram trabalhar nas indústrias, salvo raras exceções.

O ensino superior na Região Norte de Minas Gerais seguiu uma lógica geral que, na época, era a interiorização do ensino superior no Brasil, era também, segundo Anselmo (2012), a necessidade de estender a modernização ao interior do Estado, mesmo que de forma privada. Essa autora, estudiosa dessa temática regional que engloba a interiorização do ensino superior na região, acrescenta que alunos e professores prepararam a semente de onde nasceu a universidade que se tornaria, e de fato tornou-se mesmo, um marco de desenvolvimento, ainda que segregador da Região Norte de Minas e principalmente da cidade de Montes Claros.

CURSO DE GEOGRAFIA NA FUNM EM MONTES CLAROS – MG BRASIL (1964-1971) E OS DESDOBRAMENTOS EM RELAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO

O Curso de Geografia, com habilitação em Licenciatura Plena, começou a funcionar no mesmo período em que o país vivenciava o Regime Militar e, embora houvesse dificuldades nesse período, isso não foi um impedimento para a instalação dos primeiros cursos de licenciatura da FAFIL, como pode ser observado nas palavras da professora Maria Florinda Ramos Marques:

[...] começamos com a ditadura em 1964, nós em fevereiro e ela em 31 de março. Vivemos um clima de receio e frustração, mas, por outro lado havia

um idealismo forte. Imagine uma menina de 22 anos fundando um curso superior numa região que não havia nada, aquilo ali era um sonho, um ideal que a gente tinha e que era muito estimulado pela própria comunidade, nós fomos muito bem aceitos, a imprensa nos estimulava, nossos próprios alunos. Tudo era uma grande novidade para a cidade, então era difícil conter esse clima de euforia, de satisfação pessoal, de alguma coisa nova (GUIA, 2009, p. 55).

Essa “euforia” descrita pela professora Maria Florinda Marques foi observada principalmente entre os professores que já trabalhavam no ensino primário e secundário, pois para estes a criação destes cursos representava a oportunidade de se tornarem de fato habilitados nas disciplinas nas quais lecionavam. Dessa forma, tem-se por evidência empírica que os profissionais graduados em Geografia, ao longo da década de 1960 já atuavam nas escolas públicas e privadas da região.

Segundo Fiori (2013, p. 72), “[...] apesar dos cursos de Geografia estarem em sua maioria nas capitais e nas grandes cidades, havia um processo de interiorização destes no território brasileiro, mais comum no Sul-Sudeste e em Pernambuco”.

O curso de licenciatura plena fez-se importante, pois o número de docentes habilitados era quantitativamente baixo e, a partir da formação de professores, ocorreu uma mudança qualitativa no quadro docente, quando estes, após a formação, exerceram a profissão para a qual se qualificaram, não havendo mais a necessidade da atuação de outros profissionais na educação como em tempos pretéritos.

Os cursos de licenciatura, bem como o curso de Geografia nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras tiveram sua estrutura curricular voltada inicialmente (1939) ao modelo denominado 3+1, em todo o território brasileiro, como salienta Saviani (2001, p. 146). Segundo esse autor, todas as licenciaturas seguiam o mesmo esquema, sendo ministrados três anos de formação específica e um único e último ano de disciplinas voltadas à prática pedagógica.

Os cursos de Geografia e História se estabeleciam como uma única graduação, com uma duração de três anos e tinham a seguinte seriação de disciplinas: Primeira série (Geografia física, Geografia humana, Antropologia, História da antiguidade e da Idade Média), Segunda série (Geografia física, Geografia humana, História Moderna, História do Brasil, Etnografia), Terceira série (Geografia do Brasil, História contemporânea, História do Brasil, História da América e Etnografia do Brasil).

Com a aprovação do Decreto-Lei federal n. 1.190, passou a existir dois tipos de diplomas, o diploma de bacharel, para os alunos que concluíssem os cursos nas suas áreas (História ou Geografia), e quem concluísse o Curso de Didática teria o diploma de licenciado. O quarto ano do curso constava de disciplinas relacionadas à formação de professores: Didática Geral, Didática Especial, Psicologia Educacional, Administração Escolar e Educação Comparada, Fundamentos Biológicos da Educação e Fundamentos Sociológicos da Educação.

O Decreto-Lei n. 9.092 de 26 de março de 1946 simplificou esse modelo 3+1 ao reduzir o número de disciplinas pedagógicas exigidas, como relata o artigo 4º do referido Decreto.

Art. 4º No quarto ano de curso os alunos optarão por duas ou três cadeiras ou cursos, dentre os ministrados pela faculdade.

§ 1º Para obter o diploma de licenciado, os alunos do quarto ano receberão formação didática, teórica e prática, no ginásio de aplicação e serão obrigados a um curso de psicologia aplicada à educação.

§ 2º Os que não satisfizerem as exigências do parágrafo anterior receberão o diploma de bacharel.

Dessa forma, as matérias pedagógicas que os alunos teriam que cursar no 4º ano, reduziram-se à formação didática, teórica e prática e uma disciplina de Psicologia. Roiz (2007, p. 25) relata que, com essa medida, o candidato não recebia o título de bacharel no terceiro, mas no quarto ano do curso, desde que:

Fosse aprovado em três disciplinas oferecidas anualmente, e à sua escolha. Ainda poderia receber o título de licenciado, aqueles que, além de cumprirem estágio supervisionado, fossem aprovados em três disciplinas ministradas pelos professores das cadeiras de Psicologia Educacional, Didática Geral e Didática Especial.

A Lei Federal n. 2.594 de 08/09/1955 desmembrou o Curso de Geografia e História em cursos independentes. Essa nova configuração do Curso de Geografia valorizou a formação de professores para o ensino secundário e ginásial da época, hoje educação básica. No caso de Minas Gerais, o Curso de Geografia da UFMG também seguiu as orientações da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (USP), ou seja, o modelo 3+1.

Os cursos de licenciatura oferecidos pela Fundação Norte Mineira de Ensino Superior seguiram o mesmo modelo das Faculdades de Filosofia do país conforme as orientações da LBD 4.024/61, com cursos de formação de professores que teriam quatro anos de duração.

Amorim Filho (2005) também afirma, nessa entrevista, que a Geografia mineira teve uma ligação com a geografia nordestina através de um dos seus principais autores, o professor Manuel Correia de Andrade. Relata também que a geografia mineira é plural, refletindo a própria característica do mineiro, podendo-nos levar a referenciar Guimarães Rosa (1994, p. 436) quando afirma que “Minas são muitas”.

Ao analisarmos os programas das disciplinas das primeiras turmas de Geografia da FUNM (1964-1971), percebemos que, apesar da estrutura curricular do curso parecer a estrutura de um curso de bacharelado em Geografia, os alunos se preparavam através das aulas propriamente ditas, dos trabalhos de estágio, das aulas práticas e da preparação para o domínio, como já mencionamos nesse texto. Em suma, o curso de Geografia da FUNM seguiu o Parecer n. 292/1962 do Conselho Federal de Educação, em que as matérias pedagógicas eram cursadas juntamente com as demais, a disciplina Didática era ofertada no 3º ano, e as disciplinas Psicologia e Prática de Ensino eram ofertadas no 4º ano.

Observamos que, em todos os programas da disciplina Prática de Ensino, constava uma referência bibliográfica denominada Thralls, Zoe A. – O Ensino da Geografia – Editora Globo. Pesquisamos sobre ela e, para o período da publicação (1965), entendemos que desde essa época já existia a preocupação com o estudo do meio em que as pessoas vivem, conforme destaca esse autor “[...] a Geografia é mais interessante, mais real e mais viva quando a realidade existente na comunidade é estudada” (THRALLS, 1965, p.90).

Vale ressaltar que a organização do processo de ensino deve ampliar a capacidade de análise do espaço geográfico e os conteúdos deveriam ser abordados com destaque às dimensões geográficas da realidade econômica, política, socioambiental da região, entretanto, no que se refere ao Curso de Geografia da FUNM, o objetivo do curso era a formação de professores para atuarem no 1º e 2º graus e a pesquisa, bem como as atividades de extensão eram expostas de forma incipiente, não só em Montes Claros, mas em todo o contexto nacional.

Observando as informações contidas nos quadros referentes aos programas das disciplinas da primeira turma do Curso de Geografia da FUNM, uma pergunta inquietante fica sem resposta. De que forma esse curso poderia contribuir para o desenvolvimento da região?

Na verdade não podemos generalizar diante do que foi exposto, mas alguns indícios de que o Curso de Geografia iniciado em 1964 teria esse viés associado ao desenvolvimento regional aparece mesmo que de forma sutil. Aparece nos temas dos seminários, nas falas de alguns entrevistados enfatizando a importância da formação desses professores para a região Norte de Minas.

A partir dessa primeira turma de concluintes do curso de Geografia, a demanda para ingressar no Ensino Superior foi aumentando e a procura pelo curso também. O mercado de trabalho era promissor, aumentava-se consideravelmente o número de escolas e, conseqüentemente, o número de profissionais para atuar nesses estabelecimentos. O Curso de Geografia da FUNM foi criado em um período no qual se intensificaram as políticas (inter)nacionais de escolarização da população e, dentre elas, as de formação superior de profissionais para atuarem nos ensinos primário e secundário. Foi fruto de articulações da comunidade para atender uma demanda local e regional. Segundo o livro de matrículas da FAFIL do ano de 1964, cerca de 40% desses alunos eram oriundos de alguma cidade da região norte-mineira.

Esses dados corroboram com a ideia de que a criação da FUNM/Unimontes desde o início teve Montes Claros como a cidade sede, mas sempre ligada à região norte-mineira, daí a origem do *slogan* que acompanha essa instituição desde 1964, “Universidade da integração regional”. Por isso, a implantação do Ensino Superior na cidade de Montes Claros/MG e em especial do Curso de Geografia diminuiu significativamente o déficit de professores habilitados no 1º e 2º graus nas escolas públicas e particulares da região conforme afirma uma das professoras fundadoras da FAFIL.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras [...] veio trazer uma transformação cultural para a região, já comprovada, nesses vinte e cinco anos de funcionamento, com a diplomação de mais de três mil professores, que lecionam nas escolas de 1º e 2º graus, e na própria faculdade, com empenho e consciência do dever a cumprir. Se há contestação quanto ao nível de ensino, deve-se observar que a universidade, de qualquer parte do mundo, atualmente, está em crise, como outros valores, procurando novas formas de vida e expressão [...] Não obstante a soma de muitos problemas, e de erros, a Faculdade de Filosofia tem conseguido formar excelentes professores, que aí estão testemunhando a sua autenticidade e o relevante papel que desempenha dentro do nosso contexto sociocultural. Apesar das grandes dificuldades financeiras da FUNM, que nelas refletem, a Faculdade de Filosofia cresce harmonicamente e continua na sua destinação de formar homens de ideias, capazes de reflexão e de encontrar no humanismo o novo sentido, no quadro da era tecnológica em que vivemos (SILVEIRA, 1989, p. 17).

Quando tentamos relacionar a Geografia com as questões ligadas ao desenvolvimento da e na região, percebemos, através das análises dos programas das disciplinas e entrevistas obtidas, que na realidade a preocupação com o desenvolvimento da região norte-mineira envolve o ensino da Geografia porque:

Geralmente, os alunos saem da universidade apenas transferindo conhecimentos numa demonstração evidente do desempenho de uma função calcada prioritariamente em livros didáticos. Em suas práticas, não fica explícita uma dimensão educativa em que o porquê e o quê ensinar são a base

do processo pedagógico, o que revela, em suma, uma postura que evita a problematização e a investigação dos problemas concretos do cotidiano, principalmente os do norte-mineiro (ALMEIDA; PEREIRA, 2004, p. 53).

Um ensino contextualizado com os problemas e temáticas da região favoreceria um ensino mais crítico e interessante. A inquietação dessa autora é confirmada na fala de uma ex-aluna e professora do Curso de Geografia da FUNM, ao afirmar, em entrevista, que a pesquisa abrangendo temas regionais e a participação em eventos em outros Estados e até outros municípios só apareceu de fato, de forma mais frequente, na década de 1980.

Mas, por outro lado, o ensino superior através da FUNM e o Curso de Geografia em especial, apesar de não serem suficientemente críticos, colaboraram para mudar o cenário segregado e desigual relatados ao longo deste trabalho.

A Geografia pode fomentar na direção de um ensino mais crítico e dialético, romper com a visão estática da realidade, romper com a visão umbilical da própria Geografia de fechar-se em si mesma e mostrar claramente aos alunos que são eles, como seres humanos, os sujeitos construtores do espaço que estudam e habitam (KAERCHER, 1999, p. 77).

As ideias desse autor corroboram bem com o tão propalado desenvolvimento de Montes Claros e região na época da implantação da SUDENE, pois em uma análise crítica, a partir das falas dos ex-alunos da FUNM, alguns (não foi unanimidade) afirmam que o ensino superior foi excludente porque foram poucos os cidadãos montesclarenses e norte-mineiros que tiveram a oportunidade de nele (ensino superior) ingressar, mas ao mesmo tempo foi um início importante de mudança ter um curso superior no Sertão das Gerais.

Baseando-se na análise da primeira estrutura curricular do Curso de Geografia e na fala dos ex-alunos e ex-professores entrevistados, é possível inferir a relação entre esse curso e o desenvolvimento regional, com destaque para a cidade de Montes Claros. O resultado foi uma dinamização cultural e até mesmo econômica que o ensino superior trouxe como legado.

Para Andrade (1992, p. 9), “[...] ao fazermos Geografia devemos levar em conta tanto o processamento do que vai ocorrendo diariamente na superfície do Planeta, como as ideias que norteiam a ação do homem nas transformações que provocam”.

Esse processamento citado por Andrade (1992) é toda uma vontade política da comunidade local que não mediu esforços para contribuir para o desenvolvimento de Montes Claros e região. Só que esse desenvolvimento era o desenvolvimento econômico que não deu conta e (ainda não dá) de amenizar os problemas referentes à desigualdade social na região. Mas alguns aspectos positivos merecem destaque, por exemplo, a participação em um processo de desenvolvimento regional, como agência formadora de recursos humanos, a atuação na estrutura educacional do Norte de Minas em parceria com o Governo estadual, a colaboração com outras instituições no estudo e solução de problemas e interesses do povo norte-mineiro.

Esse desenvolvimento baseado na industrialização, na infraestrutura, na intervenção do Estado, no caso em estudo a SUDENE, priorizou os aspectos econômicos em detrimento dos aspectos sociais, acompanhando o que acontecia também em nível nacional como bem coloca Andrade (1992, p. 10), “[...] o Brasil um dos maiores países do mundo, vive esse problema de crescimento com desigualdade que desafia seus pensadores na procura de soluções as mais diversificadas”. Como a

Geografia pode ajudar no enfrentamento desses problemas? Autores como Fiori (2013, p. 47) ressaltam que:

Esta crença na ciência geográfica como mote do desenvolvimento é uma visão simplista, porque vê a ciência só como técnica, como possibilidade de progresso, sem considerar que o conhecimento tem relação com a ideologia, com a política e com diversificados tipos de intencionalidades, que não se resumem apenas à dimensão técnica.

Percebemos que o Curso de Geografia reuniu um pouco de ideologia, de política e de técnica porque, ao formar profissionais para o exercício do magistério, a população regional foi a grande beneficiada. Corroboramos com Waibel apud Fiori (2013) ao afirmar que para a solução dos problemas de um país ainda não desenvolvido, como é o caso do Brasil, nenhuma ciência é mais indicada do que a Geografia. Contextualizando essa frase podemos dizer que o Curso de Geografia foi o mais indicado para iniciar numa região que enfrentava problemas econômicos, sociais e principalmente da desigualdade que abrange todos esses aspectos.

O Curso de formação de professores de Geografia, ou seja, a Geografia no ensino ou o ensino da Geografia colaborou para o aumento da escolarização da população, provendo ao ensino médio professores habilitados. Também pode ter despertado, nos alunos desse curso, futuros professores das gerações seguintes e outras profissões por eles escolhidas, um olhar crítico, indicando caminhos para uma sociedade mais justa e igual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos realizados demonstraram que as discussões referentes aos conceitos de desenvolvimento e de desenvolvimento regional no Norte de Minas Gerais correspondem às mesmas manifestações ao desenvolvimento no contexto nacional.

O desenvolvimento no Norte de Minas Gerais manifestou-se de forma mais associada ao crescimento econômico. As ideias da CEPAL são identificadas em Montes Claros e região ao privilegiar o crescimento econômico viabilizado principalmente pela industrialização, difundindo o desenvolvimentismo em todo o continente, com destaque para o Brasil. A participação efetiva do Estado na condução do desenvolvimento econômico foi observada nessa região através da implementação de políticas e estratégias.

Percebemos que o processo de expansão capitalista atingiu mais fortemente a região Norte de Minas Gerais, principalmente Montes Claros, por conta da intervenção estatal, com a atuação da SUDENE no final da década de 1960, cujo objetivo era incentivar o desenvolvimento econômico regional.

Fica bastante evidenciado neste estudo que os conceitos de desenvolvimento discutidos na sociedade e também na única instituição de ensino superior da região norte-mineira, aproximam-se de uma visão do senso comum, expresso em algumas falas dos entrevistados no sentido de que quanto mais “estudada” é a população mais desenvolvimento virá. Que o ensino superior por si só provoca o desenvolvimento e que naquele período, final da década de 1960 e início da década de 1970, a obtenção de um diploma de um curso superior significava, dentre outras coisas, ascensão social e emprego garantido. Por isso essa primeira instituição de ensino superior no Norte de Minas Gerais já trazia em seu bojo o discurso do desenvolvimento regional.

Outra questão observada neste trabalho é que, tanto o ensino superior em Montes Claros e região, quanto os cursos de Geografia seguiram os mesmos meandros do ensino superior em nível nacional, ou seja, a interiorização dos cursos superiores sempre na perspectiva da privatização desse ensino.

Apontamos que o papel do Curso de Licenciatura em Geografia da FUNM foi cumprido ao formar professores para atuar na região norte-mineira. Talvez essa Geografia ainda não apresentasse uma concepção dinâmica e contextualizada, haja vista que é somente a partir da segunda metade da década de 1970 e, em Montes Claros, bem mais tarde, que os professores de Geografia passaram a ter uma preocupação maior com as questões sociais. Mas, aos poucos a Geografia como dimensão significativa da educação escolar foi buscando alternativas na realização de projetos que proporcionassem vivências e oportunidades de se inserirem e atuarem nas problemáticas sociais regionais, contribuindo de fato para o desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. I. S.; PEREIRA, A. M. (Orgs.). **Leituras geográficas sobre o Norte de Minas Gerais**. Montes Claros: UNIMONTES, 2004. 130 p. (Volume 1).
- AMORIM FILHO, O. B. Entrevista. **Geosul**, v. 20, n. 40, p. 191-209, 2005.
- ANDRADE, M. C. **Geografia: ciência da sociedade**. Recife, Patos de Minas: Editora Universitária, 1992.
- ANSELMO, R. C. M. S. **Os cursos de Geografia nas universidades públicas de Minas Gerais: uma história do pensamento geográfico no Brasil**. Uberlândia: IG/UFU, 2012. (Relatório de Pesquisa – Fapemig Universal).
- BARROS, C. M. Sobrecertificação e expansão: o ensino superior brasileiro e a exclusão prorrogada de Pierre Bourdieu. **Educere et Educare (Impresso)**, v. 6, p. 133-147, 2011.
- BERNARTT, M. de L. **Desenvolvimento e ensino superior: um estudo do sudoeste do Paraná nos últimos 50 anos**. Campinas. 2006. 272f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- BRASIL. Conselho Federal de Educação. Parecer n. 292, de 14 de novembro de 1962. Trata da parte pedagógica dos currículos mínimos relativos aos cursos de licenciatura. Relator: Valmir Chagas. **Documenta**, Brasília, n. 10, p. 95-100, 1962.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 464, de 11 de fevereiro de 1969. Estabelece normas complementares à Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências. Disponível em: <www.camara.gov.br>. Acesso em 18/12/2013.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 1.190 de 4 de abril de 1939: dá organização a Faculdade Nacional de Filosofia. **Coleção Leis do Brasil**. Rio de Janeiro, Imprensa nacional, v. 4, p. 50-63, 1939.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 9.092, de 26 de março de 1946: Amplia o regime didático das Faculdades de Filosofia e dá outras providências. **Coleção Leis do Brasil**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1946.
- BRASIL. Lei n. 2.594, de 8 de setembro de 1955. Dispõe sobre o desdobramento dos Cursos de Geografia e História nas Faculdades de Filosofia. **Diário Oficial da União**, seção 1, p.73, 14/9/1955.

- BRASIL. **Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968**. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75564>>. Acesso em: 29/09/2011.
- BRASIL. **Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm>. Acesso em 13/05/2012.
- BRASIL. LDB. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 4.024**. Brasília, DF: Centro de Documentação e Informação, 1961.
- CARDOSO, J. M. A. O Norte de Minas Gerais: um estudo de suas transformações espaciais. In: OLIVEIRA, M. F. M.; RODRIGUES, L. (Orgs.). **Formação social e econômica do norte de Minas**. Montes Claros: Unimontes, 2000. p. 173-346.
- COSTA, J. S. (Org.). **Compêndio de economia regional**. Lisboa: PDR, 2005.
- CUNHA, J. D. Cooperação técnica Brasil-Estados Unidos na reforma universitária de 1968. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA ANPUH. História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos, 24., 2007, São Leopoldo. **Anais...** São Leopoldo: Oikos, 2007, v. 1, p. 1-9. A E B
- CUNHA, J. D. Da USAID ao Banco Mundial: rupturas e permanências nas diretrizes para o ensino superior no Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO. Pedagogias (entre) lugares e saberes, 5., 2007, São Leopoldo. **Anais...** Pelotas: Seiva Publicações, 2007, v. 1, p. 1-11. A E B
- CUNHA, L. A. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.
- CUNHA, L. A. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. 8. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1985.
- CUNHA, L. A. Ensino superior e universidade no Brasil. In: LOPES, E. M. T.; FILHO, L. M. F.; VEIGA, C. G. **500 anos da educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. (Org.). **Dicionário do desenvolvimento**. Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FIORI, V. **As condições dos cursos de Geografia no Brasil: uma análise territorial e de situação**. São Paulo. 2013. 361f. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- FRANÇA, I. S. **A cidade média e suas centralidades: o exemplo de Montes Claros no Norte de Minas Gerais**. Uberlândia. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.
- FREITAG, B. **Escola, estado & sociedade**. 6. ed. São Paulo: Moraes, 2005.
- GOMES, P. C. da C. **Geografia e modernidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- GUIA, Débora Ariane Santos. **Geografia na Universidade Estadual de Montes Claros e o perfil de seus acadêmicos**. Montes Claros/MG. 2009. Monografia (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual de Montes Claros, UNIMONTES, Montes Claros/MG, 2009.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 14. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

- HERMET, G. **Cultura e desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2002. p.159-180.
- HOFF, D. N.; SAN MARTIN, A. S. Universidades e desenvolvimento regional: impactos quantitativos da Unipampa em Sant'ana do Livramento. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 3, p. 157-183, set./dez. 2011.
- JACOBS, C. C. **A participação da United States Agency for International Development (USAID) na reforma da universidade brasileira na década de 1960**. Porto Alegre. 2004. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/3894/000450483.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 24/07/2009.
- JARDIM, A. F. C.; BARBOSA, C. C.; BATISTA, D. J.; ANTUNES, F. V. A genealogia de uma universidade: de 1962 a 1989. In: CALEIRO, R. C. L.; PEREIRA, L. M. (Orgs.). **Unimontes: 40 anos de história**. Montes Claros/MG: Ed. Unimontes, 2002.
- ROTA JÚNIOR, C. **Ensino superior e desenvolvimento regional: discursos produzidos em prol do desenvolvimento regional por ocasião da implantação da Fundação Universidade Norte Mineira – FUNM, na década de 1960, na cidade de Montes Claros/MG**. Montes Claros. 2010. 89 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS, Universidade Estadual de Montes Claros, UNIMONTES, Montes Claros/MG, 2010.
- KAERCHER, N. A. **Desafios e utopias no ensino de Geografia**. 3. ed. Santa Cruz do Sul-RS: EDUNISC, 1999.
- KNYCHALA, J. F.; ANSELMO, R. C. M. S. A ideia de modernidade e a interiorização das universidades no Brasil: a Geografia na Universidade Federal de Uberlândia. **Caminhos de Geografia**, UFU, v. 10, p. 10, 2009.
- LESSA, S. N. **Trem de ferro: do cosmopolitismo ao sertão**. Campinas. 1993. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Campinas, 1993.
- MAIA, C. J.; CORDEIRO, F. L. As faculdades da FUNM. In: CALEIRO, R. C. L.; PEREIRA, L. M. (Orgs.). **Unimontes 40 anos de história**. Montes Claros: UNIMONTES, 2002, p. 49-106.
- MINAS GERAIS. **Decreto n. 8.245 de 06 de abril de 1964**. Disponível em: <<http://www.iof.mg.gov.br>>. Disponível em: 03/03/2012.
- MOREIRA, R. Da Região à Rede e ao Lugar (A nova realidade e o novo olhar sobre o mundo). **Revista Ciência Geográfica**, AGB-Bauru/São Paulo, v. III, n.6, p. 01-11, 1997.
- OLIVEIRA, E. R. de. Trajetória econômica e social do Norte de Minas Gerais. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE MINAS GERAIS, 5., 2001, Ouro Preto/MG. **Anais...** Ouro Preto/MG: 2001.
- OLIVEIRA, M. T. C. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. A educação e seus sujeitos na história, 4., 2006, Goiás. **Anais...** Goiânia: Editora da UCG; Vieira, 2006.

PAULA, A. M. N. R. de. Migrações campo-cidade: vários enfoques interpretativos. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, III, e SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, II, 2005, Presidente Prudente. **Anais...**, Presidente Prudente, 2005.

PAULINO, A. F. B; PEREIRA, V. A Educação no Estado Militar (1964-1985). **Cadernos de História da Educação**, UFU, v. 6, p. 1942-1951, 2006. Disponível em: <ufu.br/.../176AnaBorgesPaulino www.faced. _e_WanderPereira.pdf>. Acesso em: 30/06/2012.

PAYNE, A.; PHILLIPS, N. **Desarrollo**. Madri: Alianza Editorial, 2010.

RIST, G. **El desarrollo**: historia de una creencia occidental. Madri: Los Libros de la Catarata, 2002.

RIST, G. **The history of development. from western origin to global fauth**. London/New York: Zed Books, 1997. (Cap. I a IV).

ROIZ, D. S. A institucionalização do ensino universitário de Geografia e História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo entre 1934 e 1956. **Ágora (UNISC)**, v. 13, n. 1, p. 65-104, 2007.

ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1983.

SANTOS, J. M.; LUCENA, C. A. Educação, trabalho e indústria: A FIEMG e suas estratégias de formação humana no contexto do nacional desenvolvimentismo (1950-1961). In: JORNADA DO HISTEDBR, VIII, 2008, São Carlos. **Anais...** São Carlos: Ufscar, 2008. v. 1. p. 1-15.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SCHULTZ, T. W. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SILVEIRA, I. A importância da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras no Norte de Minas. **Vínculo**, Montes Claros, n. 4, p. 17-18, 1989.

THEODORO, M. L. A Questão do desenvolvimento - uma releitura. In: RAMALHO, J. P.; ARROCHELLAS, M. H. (Orgs.). **Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 15-44.

THRALLS, Z. A. **O ensino da Geografia**. Tradução de Dalilla C. Sperb. Porto Alegre: Editora Globo, 1965.

TOLEDO, C. N. **ISEB**: fábrica de ideologias. Campinas: Ed. da Unicamp, 1986.

Recebido para publicação em 28 de Julho 2018
Aceito para publicação em 22 de setembro de 2018